PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR
15 DE JULHO DE 2016

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente uma Planilha de Projetos Legislativos de interesse deste Conselho.

	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
1	PLS 00550/2011 SF	Sen. Walter Pinheiro - PT/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social	Data: 27/02/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, contrário ao Projeto. Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

2	PLS 00368/2012 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da	Data: 31/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Juntado ao processado o Ofício nº 149/2016 da AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna-SC, que encaminha apoio para aprovação deste projeto. (fls. 40 a 42). A matéria retorna ao gabinete do relator, Senador Roberto Rocha. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetro		
3	PLS 00066/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual "III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;" para: "III -	Data: 31/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido ao relator, Senador VALDIR RAUPP, para reexame. Juntada cópia do relatório às fls. 28 a 32. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a		
4	PLS 00037/2011 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	Data: 28/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Em reunião realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Elmano Férrer. Ao Gabinete do Relator, Senador Elmano Férrer, para reanálise. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
5	PLS 00504/2013 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do	Data: 17/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária A Sra. Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Acir Gurgacz relator do PLS nº 504, de 2013. (fl. 15) Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovaçã		
6	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a	Data: 23/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Situacao: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 23/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SEADI - Secretaria de Atas e Diários A Presidência comunica que	Senado Federal

				implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.	encerrou-se, em 20 de maio, o prazo para apresentação de emendas à presente matéria. Não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Situacao: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 23/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo para apresentação de emendas.	
7	PEC 00013/2014 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP e outros	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 24/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Ronaldo Caiado. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
8	PEC 00014/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima – PSDB/PB e outros	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Data: 26/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado Ofício SF nº 320 de 26/03/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando ao exame daquela casa a Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 90 a 91). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senado Federal
9	PLS 00118/2012 SF	Sen. Lúcia Vânia - PSDB /GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição	Altera a Lei 8.666, de 1993, que "Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

			Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", no art. 40 para que o edital licitatório indique, obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afiram objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como cláusulas necessárias em		
10	PLS 00559/2013 SF	Comissão - CT - Modernização	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras	Estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito	Data: 09/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CEDN - Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional Na	Senado Federal

		da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993	providências.	da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (que instituiu a modalidade de pregão nas licitações) e os arts. 1 a 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC). (Projeto da nova lei de licitações, da Comissão Temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos).	presente data, ocorreu a 16ª reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, oportunidade em que foi aprovado requerimento de autoria do Sen. Antônio Anastasia, solicitando a realização de audiência pública para instruir o Projeto. Juntado o requerimento aprovado (fl. 283).	
11	PLS 00056/2012 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia	Data: 10/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 17h30min, o Relatório do Senador Alvaro Dias, com voto pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal

				mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define a empreitada por preço		
12	PLS 00236/2012 SF	José Sarney	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo divido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70);	Data: 22/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício SGP nº 5303/2015, de 15/10/2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com manifestação sobre a matéria (fls. 4690 a 4693 do Volume XII do PLS nº 236, de 2012). Matéria aguardando distribuição. (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da	Senado Federal

				VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155 ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidad	Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013). (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015). Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	
13	PLS 00561/2009 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.	Estabelece que, no caso de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, a fiscalização da execução de todo e qualquer contrato será obrigatoriamente registrada em Laudo de Fiscalização Técnica; e determina as condições e	Data: 01/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal A Presidência despacha a presente matéria à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa.	Senado Federal

				requisitos para a elaboração desse documento.		
14	PEC 00071/2013 SF	Sen. Ricardo Ferraço – PMDB/ES e outros	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	Data: 14/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Tendo em vista o disposto no art. 242 do Regimento Interno, a Presidência declara prejudicado o requerimento de tramitação conjunta, de autoria do Senador Delcídio do Amaral. Em decorrência, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Situacao: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Senado Federal
15	PLS 00212/2008 SF	Sen. Cristovam Buarque – PDT/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.	Visa estabelecer a garantia de condições dignas nas instalações reservadas à moradia e área de serviço dos trabalhadores domésticos, mediante observações de requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, ergonomia, conforto, privacidade e qualidade de materiais e equipamentos utilizados.	Data: 26/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o Ofício SF n.º 496, de 26/04/16, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 64 e 65). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senado Federal
16	PLS 00443/2013 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de plantio	Data: 07/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Meio	Senado Federal

			regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.	de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 12/07/2016. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	
17	PLS 00189/2015 SF	Sen. Randolfe Rodrigues – REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 57ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constiuir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. Situacao: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	Senado Federal
18	PEC 00053/2007 SF	Almeida Lima e outros	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais	Data: 07/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é	Senado Federal

			para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	continuarão sob posse da União.	retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Ricardo Ferraço, para reexame do Relatório. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e n° 56, de 2009). Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	
19	PEC 00056/2009 SF	Marcelo Crivella	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	Data: 07/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Ricardo Ferraço, para reexame do Relatório. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e n° 56, de 2009). Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
20	PLS 00099/2013 SF	Sen. Wilder Morais - DEM/GO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

				vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.		
21	PLS 00396/2014 SF	Sen. Wilder Morais - DEM /GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	Data: 07/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 12/07/2016. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
22	PLS 00208/2015 SF	Marcelo Crivella	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do	Data: 12/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				loteamento.		
23	PLS 00667/2015 SF	Sen. Reguffe	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	Data: 22/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 22/10/2015, o Senador Randolfe Rodrigues é designado relator da matéria. Matéria encaminhada ao Gabinete do Relator. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
24	PLS 00304/2015 SF	Sen. Davi Alcolumbre - DEM /AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Terraço Verde” nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Processado físico encaminhado ao gabinete da relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, em atendimento à solicitação. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
25	PLS 00051/2015	Sen. Cássio Cunha Lima -	Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece	Altera os arts. 3º, 5º, 19 e 45, e acrescenta o art. 45-	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria	Senado Federal

	SF	PSDB /PB	diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	
26	PLS 00217/2014 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Data: 11/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, senador Elmano Férrer, com relatório pela aprovação do projeto (fls. 10-12). Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
27	PLS 00745/2015 SF	Sen. Wilder	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que	Data: 18/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Designado nesta	Senado Federal

		Morais – PP/GO	dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.	data, o Senador Armando Monteiro para relatar a matéria, em substituição a Senadora Sandra Braga que deixou de compor a Comissão. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	
28	PLS 00753/2015 SF	Sen. Lídice da Mata – PSB/BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas instalações e infraestruturas de	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reuso direto não	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira,	Senado Federal

			abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reúso.	potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso	respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	
29	PLS 00049/2014 SF	Inácio Arruda e outros	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	Data: 09/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Devolvido pela Senadora Marta Suplicy. Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
30	PDS 00151/2014 SF	José Sarney e outros	Susta, por exorbitar do poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		Data: 19/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situacao: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO	Senado Federal

					PLENÁRIO	
31	PLS 00193/2013 SF	Sen. Pedro Taques - PDT /MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
32	PLS 00401/2013 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	Data: 02/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 10h35min, o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Anastasia, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
33	PLS 00121/2014 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e	Senado Federal

				vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.	Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	
34	PDS 00085/2015 SF	Dep. Nelson Marquezelli - PTB /SP	Susta o art. 13 da Resolução Normativa nº 479, de 3 de abril de 20l2, e os arts. 21 e 218 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, da		Data: 11/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Anexado, às fls. 71-74, conforme despacho da Presidência do Senado Federal, o ofício gab. nº 392/2015, de 20 de	Senado Federal

			Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, que repassa aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública e a transferência de tais ativos.		maio de 2015, da Câmara Municipal de Sumaré - SP, contendo manifestação acerca da matéria, bem como resposta da Secretaria Geral da Mesa informando à Câmara a juntada do referido ofício ao presente processado. Anexada, à fl. 70, cópia do OF. SF nº 1254/2015, que encaminhou o referido ofício. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	
35	PLC 00101/2012 SF	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV /SP	Dispõe sobre o exercício da profissão de Físico e dá outras providências.	Dispõe que o exercício da profissão de Físico é assegurado: a) aos diplomados em Física por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos; b) aos diplomados em curso superior similar, no exterior, após a revalidação do diploma, nos termos da legislação em vigor; c) aos que, até a data da publicação desta Lei, obtiveram o diploma de mestrado em Física, em estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos, permitindo-se ao portador de diploma de doutorado em Física, obtido a qualquer tempo,	Data: 12/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o Ofício SF nº 401, de 12/04/2016, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto (fls. 45 a 46). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados

				o gozo pleno dos direitos a que se refere esta Lei; e d) aos que, à data da publicação desta Lei, embora não diplomados nos termos acima especificados, venham exercendo efetivamente, há mais de 4 (quatro) anos, atividades atribuídas ao físico, na forma e condições que dispuser o		
36	PLC 00117/2006 SF	Dep. Jandira Feghali - PCdoB /RJ	Regula o exercício profissional de Geofísico e altera a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962.		Data: 27/01/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Processo devolvido e arquivado.	
37	PLC 00094/2002 SF	Zulaie Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.		Data: 09/08/2007 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo DEVOLVIDO APÓS CONSULTA ARQUIVADO	
38	PLS 00087/2016 SF	Sen. Raimundo Lira - PMDB /PB	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para priorizar o atendimento a	Altera a Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, 8.666/93, que institui normas para	Data: 18/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 18/05/2016, o Senador Randolfe Rodrigues é designado relator da matéria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

			estabelecimentos de ensino e de saúde no planejamento e na implantação dos serviços e ações de saneamento básico.	licitações e contratos da Administração Pública, 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal .		
39	PLS 00002/2015 SF	Sen. Flexa Ribeiro - PSDB /PA	Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.	Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para acabar com a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.	Data: 07/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Na 29ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Requerimento nº 28, de 2015-CCJ, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves, em aditamento ao RQJ nº 24, de 2015, para a realização de Audiência Pública em data oportuna para instruir a matéria (Fls. 33). (Tramitam em conjunto os PLSs nº 399, de 2014; 2, de 2015; e 330, de 2015) Matérias com a Relatoria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
40	PLS 00009/2015 SF	Sen. José Medeiros - PPS /MT	Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário e dá outras providências.	Institui o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário, a ser concedido anualmente a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras que se hajam destacado pela prestação notória de relevantes serviços em prol do desenvolvimento	Data: 12/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo ARQUIVADO	

				da agricultura e da pecuária.		
41	PLS 00011/2015 SF	Sen. José Medeiros - PPS /MT	Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Permite a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.	Data: 08/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, designa a senadora Marta Suplicy relatora da matéria. À relatora. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
42	PLS 00013/2015 SF	Sen. Humberto Costa - PT /PE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.	Altera as Leis nºs 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água, como água de chuva e reuso de água.	Data: 01/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando leitura de requerimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015, que tramita em conjunto com o PLS nº 112 de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 51 e 108 de 2015. Situacao: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO; Data: 01/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, Senador José Maranhão, em virtude do recebimento do OF. SF/681/2015, da Presidência do Senado Federal, que solicita, nos termos do art. 266 do RISF, o envio da matéria à Secretaria-Geral da Mesa, para dar prosseguimento à tramitação de requerimento, de autoria da Senadora Lídice da Mata, de	Senado Federal

					tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2015, que tramita em conjunto com o PLS nº 112 de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 51 e 108 de 2015. Anexado, à fl. 13, o referido ofício. Anexada, à fl. 14, cópia do referido requerimento. À SCLSF.	
43	PLS 00015/2015 SF	Sen. Ivo Cassol - PP /RO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para determinar a exigência de sistemas de captação de águas pluviais.	Altera a Lei nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa, Minha Vida) para exigir nos empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU a adequação ambiental do projeto, atendida, sem prejuízo de outros fatores, a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais.	Data: 08/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, designa o senador Wilder Morais relator da matéria. Ao relator. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	
44	PLS 00025/2015 SF	Sen. Jose Serra - PSDB /SP	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para instituir	Altera a Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), para instituir o	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 503, de 07/05/2015, ao Senhor Primeiro-	Senado Federal

			o sistema eleitoral majoritário nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores.	sistema eleitoral majoritário uninominal nas eleições para as Câmaras Municipais nos municípios com mais de duzentos mil eleitores, sendo os distritos eleitorais fixados pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TREs, com observância de regulamento expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.	Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 56 a 58). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o texto revisado (fls.54 e 55).; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Recebido neste órgão às 17:40 hs.; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA Juntado texto final revisado (fls. 52 e 53).; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE À SGM, para providências cabíveis.	
45	PLS 00214/2015 SF	Sen. Alvaro Dias - PSDB /SP	Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.	Altera a Lei no 6.938/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), em seu Anexo VIII (atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais), para excluir a silvicultura da tabela descritiva.	Data: 03/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Encaminhado, nesta data, o processado físico ao gabinete do relator, Senador Acir Gurgacz, por solicitação. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
46	PLS 00221/2015	Sen. Cássio Cunha Lima -	Altera a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre	Altera as Leis nos 9.795/99, que dispõe	Data: 06/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de	Senado Federal

	SF	PSDB /PB	a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.	sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, para incluir como objetivo fundamental da educação ambiental o estímulo a ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, além de inserir a educação ambiental como disciplina específica no ensino fundamental e médio, e 9.394/96, que fixa as diretrizes e bases da educação, para tornar a educação ambiental disciplina obrigatória.	Educação, Cultura e Esporte Juntado, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 278, de 06/07/2016, da Câmara Municipal de Valhinhos, São Paulo, com manifestação sobre a matéria (fls.15 a 17). Matéria com a Relatoria.	
47	PLS 00503/2015 SF	Sen. Sandra Braga - PMDB /AM	Institui estímulos a doações de produtos alimentícios, altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, e a Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	Altera o Código de Defesa do Consumidor – CDC e a Lei nº 9.249/1995, para estabelecer que as disposições do CDC não se aplicam aos consumidores de produtos alimentícios objeto de doação; e aumentar de 2% para 5% do lucro operacional o limite da dedução na contribuição social sobre o lucro líquido, quanto às	Data: 08/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente da Comissão, senador Delcídio do Amaral, designa o senador Alvaro Dias relator da matéria. Ao relator. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				doações a entidades civis sem fins lucrativos de produtos alimentícios com antecedência mínima de 5 dias do prazo de validade previsto na embalagem. Prevê multa em caso de produtos alimentícios expostos à venda com prazo de validade expirado.		
48	PLS 00531/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima - PSDB /PB	Disciplina a profissão de Agroecólogo.	Regulamenta a profissão de Agroecólogo.	Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, que solicita audiência da CMA. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 18/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: PLEN - Plenário do Senado Federal Encaminhado à publicação o Requerimento nº 300, de 2016, do Senador Humberto Costa, solicitando que a presente matéria seja encaminhada ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal
49	PLS	Sen. Romero	Dispõe sobre o procedimento de	Cria o licenciamento	Data: 29/06/2016 Casa: Senado	Senado

	00654/2015 SF	Jucá - PMDB /PE	licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional.	ambiental especial, procedimento administrativo específico destinado a licenciar empreendimentos de infraestrutura estratégicos.	Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do Documento s/n°, da Sociedade de Arquivologia Brasileira - SAB. (Fls 120/130).; Data: 29/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica.	Federal
50	PLS 00672/2015 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /GO	Dispõe sobre a redução do desperdício de alimentos.	Estabelece que os estabelecimentos dedicados a comercialização ou manipulação de alimentos firmarão contratos de doação a organizações de natureza social dedicadas à coleta e distribuição de alimentos e refeições, ou de doação ou venda a empresas dedicadas à produção de ração animal e à compostagem. Isenta o doador de responsabilidade por dano ocasionado pelo consumo do bem, desde que não caracterize dolo e negligência.	Data: 28/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Juntada a Nota Taquigráfica da Audiência Pública destinada a instruir os PLS nº 672, 675 e 738/2015, aprovada pelo Requerimento nº 35/2016, aditado pelo Requerimento nº 39/2016, realizada na 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 16/06/2016.	Senado Federal
51	PLS 00675/2015 SF	Sen. Maria do Carmo Alves - DEM /SE	Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos e dá outras providências.	Estabelece a Política Nacional de Combate ao Desperdício de Alimentos com o objetivo de	Data: 28/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Juntada a Nota Taquigráfica da Audiência Pública destinada a	Senado Federal

				aumentar o aproveitamento dos gêneros alimentícios disponíveis para consumo humano em território nacional, mitigar o desperdício alimentar e ampliar o uso dos alimentos impróprios para o consumo humano em atividades de reciclagem e de alimentação de animais.	instruir os PLS nº 672, 675 e 738/2015, aprovada pelo Requerimento nº 35/2016, aditado pelo Requerimento nº 39/2016, realizada na 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 16/06/2016.	
52	PLS 00738/2015 SF	Sen. Jorge Viana - PT /AC	Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.	Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e altera o Decreto-Lei nº 986/1969, a Lei nº 9.605/1998 e a Lei nº 12.305/2010 para inibir o descarte voluntário de alimentos industrializado e in natura em condições de consumo; obriga a informação, no rótulo, a validade para a venda e a validade de consumo seguro; excepciona do regime da responsabilidade civil objetiva a doação de alimentos que ainda estejam em condições e	Data: 28/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária Juntada a Nota Taquigráfica da Audiência Pública destinada a instruir os PLS nº 672, 675 e 738/2015, aprovada pelo Requerimento nº 35/2016, aditado pelo Requerimento nº 39/2016, realizada na 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 16/06/2016.	Senado Fderal

				no prazo de consumo seguro; e estabelece que o Poder Público e os estabelecimentos varejistas farão campanhas educativas pela aquisição de produtos in natura que não tenham a melhor aparência, mas que mantêm suas propriedades nutricionais e ainda são seguros para consumo.		
53	PLS 00065/2014 SF	Sen. Paulo Bauer - PSDB /SC	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos e instituir a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres.	Altera a Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da cidade – para dispor sobre o consórcio imobiliário como forma de viabilização de planos urbanísticos. Institui a requisição de imóveis para regularização, prevenção e recuperação de áreas insalubres, de risco ou atingidas por desastres. Define consórcio imobiliário e estabelece que deverão ser adquiridos pelo fundo específico todos os direitos reais ou possessórios incidentes	Data: 01/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 01/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Em reunião realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do senador Wilder Morais, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Anexada, à fl. 15, cópia do relatório de registro de presença. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Situacao: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	Senado Federal

				sobre os imóveis, públicos e privados, localizados na área de abrangência do plano. Dispõe que o fundo específico atuará por delegação do Poder Público municipal e será gerido por instituição administradora selecionada mediante licitação. Estabelece que o fundo específico reger-se-á subsidiariamente pela Lei nº 8.668/1993. Define que o Poder Público poderá, independentemente d		
54	PLS 00344/2014 SF	Sen. Kaká Andrade - PDT /SE	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.	Altera a Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.	Data: 07/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 12/07/2016. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
55	PLS 00388/2014 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) e da Lei nº 6.766/1979 (parcelamento do solo urbano), para	Data: 16/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1.757, de 16/11/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para	Senado Federal

			providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.	determinar a observação da lei de parcelamento do solo urbano quanto aos lotes urbanos de colonização e quanto ao parcelamento de imóveis rurais com formação de imóveis com área inferior à do módulo de propriedade rural, e para afastar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas alterações de uso do solo rural para fins urbanos ou para formação de sítios de recreio.	revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 85 a 87). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
56	PLS 00398/2014 SF	Comissão de Serviços de Infraestrutura	Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal.	Determina que os processos de outorga de pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para emitir opinião quanto aos aspectos atinentes à segurança nacional.	Data: 07/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Reunida a Comissão nesta data, a matéria é retirada de pauta para reexame. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
57	PLS 00015/2013 SF	Sen. Kátia Abreu - DEM /GO	Altera o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que	Altera a Medida Provisória nº 2186-16/2001 – que regulamenta o inciso II do	Data: 01/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando	Senado Federal

			regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.	§ 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal e dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização – para estabelecer que os dispositivos da referida Medida Provisória nº 2186-16/2001 não se aplica ao patrimônio genético humano e aos recursos genéticos objeto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.	inclusão em Ordem do Dia. Matéria a ser declarada prejudicada. Situacao: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	
58	PLS 00209/2013 SF	Sen. Ruben Figueiró - PSDB /MS	Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda	Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a	Data: 06/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Retirado da pauta. Ao gabinete do Relator, Senador Humberto Costa, para reexame, a pedido. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

			comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.	comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins), para dispor que os agrotóxicos, seus componentes e afins só poderão ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados em órgão federal, estabelecendo que o pedido de registro deverá ser direcionado somente ao órgão federal registrante que deverá concentrar todos os procedimentos para análise do processo de registro na forma de regulamento. Dispõe que a		
59	PLS 00348/2013 SF	Sen. José Agripino - DEM /RN	Institui o Dia Nacional da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil.	Institui o Dia Nacional da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil, a ser	Data: 03/12/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexada cópia do Ofício SF nº 1.512, de 03/12/2014, ao Senhor Primeiro-	Senado Federal

				celebrado no dia 25 de outubro de cada ano, data da beatificação do Frei Antônio de Sant'Anna Galvão, OFM.	Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 51 a 52). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
60	PLS 00356/2013 SF	Sen. Fernando Collor - PTB /RJ	Altera a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, dispondo sobre as eleições e a composição dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agranomia, e dá outras providências.	Altera a Lei nº 8195/91 – que Altera a Lei n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, dispondo sobre eleições diretas para Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e dá outras providências – para estabelecer que os Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia serão eleitos pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com suas obrigações junto aos respectivos conselhos, podendo candidatar-se quaisquer desses profissionais, desde que brasileiros, devidamente habilitados e aptos;	Data: 14/11/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado o Ofício SF nº 2.400, de 13/11/2013, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 61 a 63). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senado Federal

				determina que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia disporá, em resolução, sobre a composição de seu plenário e dos Conselhos Regionais, b		
61	PLS 00529/2013 SF	Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática	Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Minerais de Elementos Terras-Raras e à Criação de Cadeia Produtiva - PADETR.	Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico dos Minerais de Elementos Terras-Raras e à Criação de Cadeia Produtiva (PADETR). Dispõe que o programa objetiva assegurar o domínio científico e tecnológico de todas as fases de produção. Define que, para os efeitos desta Lei, consideram-se elementos terras-raras os 17 (dezessete) elementos químicos que apresentam propriedades físico-químicas semelhantes, sendo 15 do grupo dos lantanídeos: lantânio, cério, praseodímio, neodímio, promécio, samário, európio, gadolínio, térbio,	Data: 19/12/2014 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remessa Ofício SF nº 1662 de 19/12/14, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 19 a 21). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Câmara dos Deputados

				disprósio, hólmio, érbio, túlio, itérbio e lutécio, aos quais se juntam o escândio e o ítrio. Disciplina que o PADTR, a ser implementado pelo Poder Executivo, deverá apoiar a articulação de empresas, institutos de pesquisa, parques tecnológicos e universidades		
62	PLS 00123/2012 SF	Jorge Viana, Luiz Henrique e outros.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências.	Dispõe sobre as áreas consolidadas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal, e dá outras providências; institui a figura jurídica da Área Rural Consolidada, definida como área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias e atividades agrossilvipastoris; estabelece que a União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar programas de regularização ambiental de posses e propriedades	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal

				rurais com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da lei; dispõe que durante o processo de regularização ambiental, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado e serão suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetaçã		
63	PLS 00244/2012 SF	Sen. Eduardo Amorim - PSC /SE	Altera a Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.	Altera a Lei nº 6.496/1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e	Data: 04/09/2013 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remessa do Ofício SF nº 1.981 de 04/09/13, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 27 a 28). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senado Federal

				do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.		
64	PLS 00408/2012 SF	Sen. Rodrigo Rollemberg - PSB /RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Altera a redação do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências), para aumentar, de 15 (quinze) para 30 (trinta) metros, a faixa não edificável dos loteamentos ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.	Data: 31/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido ao relator, Senador VALDIR RAUPP, para reexame. Juntado o relatório às fls. 22 a 26. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
65	PLS 00382/2011 SF	Sen. Vital do Rego - PMDB /PB	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica.	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida; estabelece que os shopping centers terão obrigatoriamente em sua área de lazer, além de brinquedos comuns, outros adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.	Data: 20/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Em reunião realizada em 15/06/2016, a apreciação da matéria foi adiada. Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal

66	PEC 00050/2015 SF	Sen. Romero Jucá - PMDB /RR	Altera o art. 20 da Constituição Federal, para possibilitar a alienação da propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos, e acrescenta ao texto constitucional o art. 168-A para dispor sobre a destinação dos recursos resultantes da alienação.	Altera a Constituição para dispor que a propriedade dos terrenos de marinha e dos seus acrescidos pode ser alienada, na forma que especifica, e que o produto da alienação será destinado ao pagamento de investimentos, de ações estratégicas e despesas inscritas em restos a pagar, vedado, em qualquer caso, o pagamento de despesas de custeio, sem prejuízo da utilização de outras fontes de recursos.	Data: 17/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Roberto Rocha, para reexame do Relatório. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
67	PEC 00065/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição, para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental.	Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença ambiental; dispõe que a apresentação do estudo prévio de impacto ambiental importa autorização para a execução da obra, que não poderá ser suspensa ou cancelada pelas mesmas razões a não ser em face de fato	Data: 06/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício nº 0263/2016, de 2/6/2016, da Câmara Municipal de Gravataí, do Estado do Rio Grande do Sul; e a Moção de Repúdio, de 8/6/2016, da Frente Parlamentar Mista de Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Comunidades Tradicionais, com manifestação sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012 (fls. 112 a 118 da PEC nº 65, de 2012). Matéria incluída na Pauta da Comissão. (Tramitam em conjunto as PECs nºs 65, de 2012; e 153, de 2015.) Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal

				superveniente.		
68	PLS 00447/2012 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Acrescenta § 2º, renomeando o atual parágrafo único como § 1º, ao art. 8º da Lei 8.666/93 (regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), para vedar, após o início da execução de obra, a suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	Data: 08/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
69	PLS 00324/2015 SF	Sen. Donizeti Nogueira - PT /TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal
70	PLS 00024/2015 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de	Dispõe sobre a exigência de sistemas de uso de águas pluviais e reuso de águas residuais, em	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos	Senado Federal

			águas residuais em edificações executadas com recursos da União.	edificações públicas ou privadas a serem executadas com recursos da União. Tipifica entre os crimes contra a administração ambiental a omissão do agente público federal em impor essa obrigação.	nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	
71	PLS 00058/2016 SF	Sen. Jorge Viana - PT /AC	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Disciplina o abastecimento de água por fontes alternativas e altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana; nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 421 e 441, de 2016, dos Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira, respectivamente, que solicitam a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 24, 51, 324 e 753, de 2015; e 58, de 2016. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	Senado Federal

72	PLS 00191/2013 SF	Sen. Wilder Morais - PP /GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.	Dispõe que os projetos de novas edificações de propriedade da União deverão prever a instalação de sistemas de aproveitamento de águas de chuva a serem consumidas nas edificações, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos, da forma que define. Estabelece que os requisitos para o aproveitamento de água de chuva de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis são fornecidos pela NBR 15.527 (ABNT, 2007). Dispõe que todo edital de licitação de obras de construção de prédio público mencionará, expressamente, a obrigatoriedade de instalação de sistema de aproveitamento de águas de chuvas, bem como a obrigatoriedade da utilização de telhados ambientalmente corretos. Estabelece que as	Data: 08/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria devolvida pelo Relator, Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, com relatório favorável ao projeto: com a emenda apresentada pela CI; com as três emendas que apresenta; e com a prejudicialidade da emenda apresentada pelo Senador Roberto Rocha. Anexado o relatório apresentado às fls. 22 a 24. Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO; Data: 08/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido ao relator, Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA, para reexame. Juntado o relatório às fls. 19 a 21. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				disposições da Lei não se aplicam quando, por meio de estudo por profissional habilitado, fi		
73	MPV 00727/2016 SF	Presidente da República	Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e dá outras providências.	A MPV cria o "Programa de Parcerias de Investimentos" (PPI) e cria estruturas governamentais para gerenciá-lo. O PPI é composto por todos os empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. O programa busca garantir segurança jurídica aos investidores privados, estabelecer regras estáveis, fortalecer o papel regulamentador do Estado e a autonomia das agências reguladoras, com o fim de expandir a oferta de infraestrutura ao País. Cria o "Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República", instância de assessoramento imediato do Presidente da República no que concerne ao PPI. Autoriza	Data: 30/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMMPV 727/2016 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 727, de 2016 Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 35, de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30/06/2016, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 449 e 450). Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				o BNDES a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. Estabelece como dever dos órgãos governamentais		
74	PLS 00268/2016 SF	Sen.Telmário Mota (PDT/RR)	Altera o art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de seguro-garantia nas contratações de obras, serviços e compras públicas.		Data: 06/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Prazo para apresentação de emendas: Primeiro dia: 06/07/2016. Último dia: 12/07/2016. Situacao: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS	Senado Federal
75	MPV 00700/2015 CD MPV 00700/2015 SF	Poder Executivo	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs 9.514, de 1997; 6.766, de 1979; 12.787, de 2013 e revoga dispositivo legal da Lei nº 6.015, de 1973.	Data: 03/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMMPV 700/2015 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 700, de 2015 Reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista. Aprovadas as atas da 2ª e 3ª Reuniões. A Reunião é encerrada. (anexados: lista de presença e atas da 2ª e 3ª Reuniões às fls. 296 a 333). Situacao: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
76	MPV 00703/2015 CD	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência.	Revoga dispositivo da Lei nº 8.429, de 1992.	Data: 31/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ato n. 27, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional,	Câmara dos Deputados

					de 30/05/16, faz saber que a Medida Provisória n. 703, de 2015, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 29 de maio de 2016 (DOU de 31/05/16 - Seção 1 - pág. 1). Ofício 256-CN, de 31/5/16, comunica o término do prazo integral de vigência da Medida Provisória n. 703, de 2015, no dia 29 de maio do corrente ano.	
77	MPV 00698/2015 CD PLV 00003/2016 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.		Data: 05/04/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebimento do Ofício nº 113/2016 (CN) comunicando remessa à sanção.	
78	PEC 00039/2011 CD	Dep. Jose Chaves - PTB /PE	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 14/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Aprovado requerimento do Sr. Alceu Moreira que requer	Câmara dos Deputados

					a realização de oficina técnica, a ser realizada em Brasília, em data a ser definida, com os seguintes convidados: Sr. Paraguassú Éleres, Sr. Roberto Pugliese, Sr. Obéde Pereira de Lima, representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Defesa e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	
79	PEC 00185/2003 CD	Dep. Pedro Henry - PP /MT	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º , XXIV do art. 21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	Data: 19/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
80	PEC 00016/2015 CD	Dep. Heraclito Fortes - PSB /PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições ConstitucionaisTransitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do	Câmara dos Deputados

					art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	
81	PEC 00027/2015 CD	Dep. Cesar Souza – (PSD /SC)	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acrescidos e dá outras providências.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
82	PEC 00030/2015 CD	Dep. Lelo Coimbra – (PMDB /ES)	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
83	PEC 00285/2008	Dep. Zezeu Ribeiro	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais	Conhecida como " PEC da Habitação ".	Data: 19/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN)	Câmara dos Deputados

	CD	(PT/BA)	Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.		Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social"". Inteiro teor	
84	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Senado Federal
85	PL 06830/2013 CD	Dep. Valdir Colatto - PMDB /SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 25/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS)	Câmara dos Deputados
86	PL 00696/2003	Dep. Zezeu Ribeiro - PT	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por		Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN)	Câmara dos Deputados

	CD PLC 00166/2008 SF	/BA	alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.		Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências". Inteiro teor	
87	PL 00791/2011 CD	Dep. Jovair Arantes - PTB /GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 08/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvida à Relatora, Dep. Jozi Araújo (PTB-AP), a pedido.	Câmara dos Deputados
88	PL 07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Sen. Roberto Requião - PMDB /PR	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento automático; estabelece	Data: 06/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados

				que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de cursos e instituições acima referidas.		
89	PL 07093/2014 CD PLC 00164/2015 SF	Dep. Irajá Abreu - DEM /TO	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 01/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 01/06/2016, a matéria é devolvida pelo Senador Dario Berger, para redistribuição. Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
90	PL 00600/2011 CD	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Data: 14/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
91	PL 04302/2012 CD	Dep. Laercio Oliveira - SD /SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 12/12/15, PÁG 52 COL 01, Letra B. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
92	PL 01292/1995 CD PLS	Lauro Campos	ALTERA A LEI 8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE 'REGULAMENTA O ARTIGO	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as	Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À	Câmara dos Deputados

	00163/1995 SF		37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.'	subcontratações que realizar.	CCJC o Memorando nº 176/15 - COPER informando sobre apensação dos PLs 6429/09, 6439/09, 7023/10 e 5058/13 ao de nº 1491/96, tramitando em conjunto com o de nº 1292/95. Inteiro teor	
93	PL 02043/2011 CD	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 25/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da CDU, com subemenda. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
94	PL 02245/2007 CD	Dep. Reginaldo Lopes - PT /MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 16/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 4725/2016, pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2245, de 2007, que 'regulamenta a profissão de tecnólogo e dá outras providências. '". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
95	PL 02664/2011 CD	Dep. Arnaldo Jardim - PPS /SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	Determina exigências para o exercício da profissão de Gestor Ambiental; determina as atividades desses profissionais; considera, nos casos expostos, o	Data: 08/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

				exercício ilegal da profissão e estipula responsabilidade de autoria de planos ou projetos.		
96	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF		Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do OFÍCIO N° 2.098/2016PRESIDÊNCIA-ANSEAF da Associação Nacional do Servidores Públicos Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomo do poder Executivo Federal - ANSEAF. Folhas (66/69).; Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica e Regimental da SGM para juntada de documentos.	Senado Federal

97	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Dep. Augusto Coutinho - SD /PE	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal

				a Política Nacional de Manutenção Predi		
98	PL 04749/2009 CD	Dep. Celso Russomanno - PRB /SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 08/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
99	PL 06699/2002 CD	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências.	Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Data: 26/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 1186/2015, pela Deputada Leandre (PV-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6699, de 2002, que "modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências"".	Câmara dos Deputados

					Inteiro teor	
100	PL 04692/2012 CD PLC 00097/2015 SF	Dep. Ricardo Izar - PP /SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do documento s/n°, da Associação Brasileira de Designers de Interiores - ABD (Fls 40/43).; Data: 15/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica da SGM.	Senado Federal
101	PL 06014/2013 CD PLS 00491/2011 SF	Marcelo Crivella	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com	Data: 05/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CCJC, pelo Deputado Covatti Filho (PP-RS). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS). Inteiro teor	Câmara dos Deputados

				avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ		
102	PL 03699/2004 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Data: 09/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
103	PL 01365/2011 CD	Dep. Vieira da Cunha - PDT /RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto		Data: 27/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados

			nesta Lei.			
104	PL 08322/2014 CD PLS 00317/2013 SF	Sen. Ataídes Oliveira - PSDB /GO	Isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar; estabelece que a isenção cessará quando houver oferta do bem produzido no Brasil em condições similares às do importado quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva; dispõe que a lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.	Data: 15/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encaminhada solicitação ao Ministério da Fazenda.	Câmara dos Deputados
105	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Sen. Acir Gurgacz - PDT /PR	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para dispor sobre a implantação de redes subterrâneas de infraestrutura básica previamente às obras de pavimentação e condicionar a	Insere o § 7º ao art. 2º da Lei nº 6.766/1979 para dispor que as obras de pavimentação urbana devem ser precedidas pela implantação de eventuais redes subterrâneas de serviços; altera a Lei 10.257/2001 para inserir o inciso XVII	Data: 23/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Devolvida pelo Relator sem Manifestação. Designado Relator, Dep. Val Amélio (PRTB-AL)	Câmara dos Deputados

			concessão de financiamento federal para obras municipais ao cumprimento dessa disposição.	ao art. 2º, que exige a implantação de redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação urbana; estabelece que a concessão de financiamento federal para obras viárias a Municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor fica condicionada ao atendimento da implantação de redes subterrâneas prévias às obras de pavimentação urbana.		
106	PL 01703/2011 CD	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM /SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Elmar Nascimento (DEM-BA)	Câmara dos Deputados
107	PL 01562/2011 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias construtivas ambientalmente adequadas.		Data: 17/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 31/16/PS-GSE. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
108	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Marcelo Crivella	Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas		Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			em edificações públicas e privadas.			
109	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.	Altera a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos passeios públicos.	Data: 14/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 15/12/2015, Letra B.	Câmara dos Deputados
110	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação	Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Alessandro Molon (REDE-RJ)	Câmara dos Deputados

			arborização urbana.	de árvores nos logradouros públicos e criar programa de educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.		
111	PL 04095/2012 CD	Dep. Bohn Gass - PT /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.		Data: 29/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CFT, pelo Deputado Enio Verri (PT-PR). Inteiro teor Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.095/2012 e das Emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e da Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.095/2012, e das Emendas da CMADS e da CDU. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
112	PL 05015/2013 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT /BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da		Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:30 Reunião Deliberativa Extraordinária Cumprindo prazo de vista.; Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Aguinaldo Ribeiro	Câmara dos Deputados

			alteração de uso de solo.		(PP-PB) Prazo de Vista Encerrado	
113	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescer dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 15/10/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	Câmara dos Deputados
114	PL 02629/2011 CD	Dep. Fabio Faria - PSD /RN	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
115	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Sen. Ana Amelia - PP /RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", denominado Estatuto da	Data: 17/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Pepe Vargas (PT-RS)	Câmara dos Deputados

			assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos minicípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.		
116	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Sen. Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.		Data: 30/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
117	PL 06462/2009 CD PLS 00205/2008 SF	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.	Altera requisitos para a elaboração e plano diretor; estabelece exigências a elaboração de plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, considerando o determinado no plano diretor; determina que a União atuará supletivamente no mapeamento das áreas de risco, apoiando as demais entidades da Federação.	Data: 29/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)	Câmara dos Deputados
118	PL 03252/2012 CD	Sen. Ana Rita - PT /ES	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo	Estabelece requisitos aos índices urbanísticos de parcelamento do solo	Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Câmara dos Deputados

			urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	urbano, concernentes ao aproveitamento, impermeabilização e excedente máximo de chuvas carreado para a rede pública; trata, também, da disciplina para o aproveitamento de águas pluviais em lotes urbanos.	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	
119	PL 05655/2009 CD	Poder Executivo	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.	Projeto de Lei chamado de "Lei do Estrangeiro". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.	Data: 10/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3354/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
120	PL 00816/2011 CD	Dep. Rubens Bueno - PPS /PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 05/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
121	PL 01004/2011 CD	Dep. Efraim Filho - DEM /PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 06/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvida sem Manifestação, Deputado não é mais membro.	Câmara dos Deputados
122	PL	Dep. Carlos	Proíbe impedimentos e	Altera a Lei nº 6.815, de	Data: 17/05/2016 Casa: Câmara dos	Câmara dos

	04029/2008 CD	Bezerra - PMDB /MT	restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Prazo de Vista Encerrado	Deputados
123	PL 05680/2013 CD	Dep. Glauber Braga - PSB /RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 17/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvido ao Relator, Dep. Laercio Oliveira (SD-SE) Devolvida sem Manifestação. Deputado não é mais membro.	Câmara dos Deputados
124	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Sen. Alvaro Dias - PSDB /SP	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.		Data: 01/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2342/2015, pelo Deputado Kaio Maniçoba (PHS-PE), que: "Requer a inclusão na pauta de votações da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2861/2008, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
125	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Dep. Pedro Uczai - PT /SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta) dias.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
126	PL 00866/2011	Dep. Onofre Santo Agostini	Dispõe sobre a construção e reforma de postos revendedores		Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Câmara dos Deputados

	CD	- DEM /SC	de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.		Câmara dos Deputados (MESA) Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.] Inteiro teor	
127	PL 06179/2009 CD	Dep. Bonifacio de Andrada - PSDB /MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 07/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-5334/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
128	PL 04923/2013 CD	Dep. Nilda Gondim - PMDB /PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários, administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		Data: 28/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) - 10:00 Sessão Deliberativa Extraordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados
129	PL	Dep. Penna -	Dispõe sobre a regulamentação	Dispõe sobre a	Data: 17/12/2015 Casa: Senado	Senado

	01391/2011 CD PLC 00024/2013 SF	PV /SP	do exercício profissional de Designer e dá outras providências.	regulamentação do exercício profissional de Designer. Define Designer, para os fins da Lei, como todo aquele que desempenha atividade especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico para a elaboração de projetos de design passíveis de seriação ou industrialização que atendam, tanto no aspecto de uso quanto no aspecto de percepção, necessidades materiais e de informação visual; dispõe sobre as exigências para o exercício da profissão de designer; define as atribuições do designer; estabelece que a expressão design só poderá constar da denominação de sociedade não empresária ou simples de prestação de serviços cuja diretoria for composta, em sua maioria, por designers conforme definido na Lei;	Federal Tramitação: SARQ - Secretaria de Arquivo Devolvido e arquivado.	Federal

				dispõe sobre o exercício ilegal da profissão de design; estabelece		
130	PL 04931/2013 CD	Dep. Ronaldo Fonseca - PR /DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	Data: 15/05/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados
131	PL 01650/2015 CD	Dep. Fabio Garcia - PSB /MT	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		Data: 04/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-2365/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
132	PL 04947/2013 CD PLC 00056/2014 SF	Dep. Onofre Santo Agostini - PSD/SC	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da cidade) para vedar a concessão do direito de outorga onerosa do direito de construir (emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido no plano diretor, mediante pagamento) às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
133	PL 00963/2015	Dep. Tereza Cristina - PSB	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE	Câmara dos Deputados

	CD	/MS	2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/04/15 PÁG 38 COL 01. Inteiro teor; Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela CTASP.	
134	PL 04697/2012 CD	Dep. Damiao Feliciano - PDT /PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 08/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-963/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
135	PL 00840/2011 CD	Dep. Chico Alencar - PSOL /RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Estabelece requisitos exigíveis ao plano diretor, de modo que este seja compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos; determina que para áreas consideradas em especial risco de enchentes, deve ser elaborado plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e designa atuação supletiva da União junto aos demais entes da Federação quanto ao mapeamento das áreas de risco.	Data: 23/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desapensação do PL 1.385/11 (ex-apensado) deste, em função do seu arquivamento, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.	Câmara dos Deputados

136	PL 04566/2008 CD PLC 00103/2015 SF	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.	Data: 24/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
137	PL 02381/2015 CD PLC 00213/2015 SF	Dep. Luiz Carlos Busato - PTB /RS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Data: 08/04/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Distribuído à Senadora Fátima Bezerra, para emitir Relatório. Autos do processado na Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 6º, caput, da Instrução Normativa da SGM nº 4, de 2015. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
138	PL 01868/2015	Dep. Felipe Bornier -	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe	Estabelece condições para fomentar a	Data: 26/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio	Câmara dos Deputados

	CD	PROS /RJ	sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	implantação de sistema de energia solar nas novas edificações comerciais e residenciais, bem como a definição de mecanismos para garantir o uso de sistema de captação e reaproveitamento da água.	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.	
139	PL 02725/2011 CD PLC 00109/2014 SF	Romero Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Proíbe às associações de moradores a cobrança de taxas dos moradores de vilas ou vias públicas de acesso fechado.	Data: 20/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Romero Jucá ter deixado de compor esta Comissão para assumir o cargo de Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Situacao: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 18/11/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/14/PS-GSE. Inteiro teor	Senado Federal
140	PL 02020/2007 CD PLC 00033/2014 SF	Dep. Elcione Barbalho - PMDB/PA	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de	Estabelece diretrizes gerais para todo o país sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de	Data: 14/04/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão Deliberativa Ordinária Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.	Câmara dos Deputados

			1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.	reunião de público, a cargo dos municípios e do corpo de bombeiros; entre outros pontos, dispõe que os engenheiros e arquitetos, o corpo de bombeiros, a prefeitura municipal, os proprietários de estabelecimentos e os promotores de eventos observarão as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO); responsabiliza, por improbidade administrativa, o prefeito que deixar de prever as medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres no planejamento urbano ou exceder os prazos para concessão de alvará de		
141	PL 02313/2015 CD	Dep. Carlos Manato - SD /ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos		Data: 26/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência	Câmara dos Deputados

			profissionais e dá outras providências.		(Art. 155 do RICD) n. 2810/2015, pelos Deputados Maurício Quintella Lessa, Líder do PR e outros Líderes, que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL nº 2.313/2015". Inteiro teor	
142	PL 00138/2011 CD PLC 00159/2015 SF	Dep. Weliton Prado - PMB /MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.	Data: 07/07/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 07/07/2016, a Senadora Fátima Bezerra é designada relatora da matéria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
143	PL 03046/2015 CD PLS 00502/2011 SF	Sen. Paulo Paim PT/RS	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	Dispõe que a pessoa jurídica integrante da administração pública indireta federal deve divulgar, inclusive na internet, os nomes e currículos de conselheiros, dirigentes e assessores de nível superior, bem como seus meios de contato, no	Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

				mínimo, endereços, telefones e emails institucionais. Estabelece o conceito de dirigente e de assessor de nível superior. Dispõe que a lei tem vigência após 45 dias de sua publicação.		
144	PL 00359/2011 CD	Dep. Julio Lopes - PP /RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial- Sinmetro.		Data: 16/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados
145	PL 05733/2009 CD PLS 00023/2004 SF	Marcelo Crivella	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de		Data: 04/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

			financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).			
146	PL 07898/2014 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB /MT		Aumenta para 6 (seis) anos a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.	Data: 17/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 36/16/PS-GSE.	
147	PL 03788/2015 CD	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PMDB /TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/15 PÁG 190 COL 01. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
148	PL 03778/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PROS /RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	Data: 16/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
149	PL 03772/2015 CD	Dep. Giuseppe Vecci - PSDB /GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5. 194, de 1966; 8.666, de	Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Câmara dos Deputados

				1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de1997; e 12. 351, de 2010.	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/12/15 PÁG 56 COL 01. Inteiro teor	
150	PL 03610/2015 CD	Dep. Vitor Valim - PMDB /CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
151	PL 03636/2015 CD PLS 00105/2015 SF	Ricardo Ferraço	Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	Data: 22/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4703/2016. Inteiro teor; Data: 22/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso inicial, para inclusão de apensados.	Câmara dos Deputados
152	PL 02137/2011 CD	Dep. Wilson Filho - PMDB/PB	Dispõe sobre incentivos à doação de sangue.		Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3760/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
153	PL 02579/1992 CD	Vasco Furlan	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das		Data: 11/04/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB),	Câmara dos Deputados

			importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"". Inteiro teor	
154	PL 03568/2015 CD	Dep. Lincoln Portela - PRB /MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		Data: 05/04/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4795/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
155	PL 02546/2015 CD	Dep. Vinicius Carvalho - PRB /SP	Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		Data: 01/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) Designado Relator, Dep. Alan Rick (PRB-AC)	Câmara dos Deputados
156	PL 01944/2015 CD	Dep. Veneziano Vital Do Rêgo - PMDB /PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.		Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados

157	PL 03545/2012 CD	Dep. Duarte Nogueira - PSDB /SP	Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para instituir adicional de anuidade para as profissões regulamentadas, permitindo que os profissionais atuem em âmbito nacional.	Percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da anuidade paga pelo profissional.	Data: 14/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-2433/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
158	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de 2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.	Data: 12/05/2010 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados
159	PL 06694/2013 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB /SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		Data: 19/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado, conforme aditamento do REQ nº 176/2015: "Retifico o despacho aposto ao REQ nº 176/2015, para desarquivar também o PL 6694/2013, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e arquivado em 31/01/2015, na forma do art. 105, do RICD. Publique-se.".	Câmara dos Deputados
160	PL 02117/2011	Dep. Penna - PV /SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético		Data: 05/04/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Câmara dos Deputados

	CD		Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4833/2016. Inteiro teor	
161	PL 04328/2016 CD	Dep. Laura Carneiro - PMDB /RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		Data: 18/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
162	PL 04990/2016 CD	Dep. Luizianne Lins - PT /CE	Determina a divulgação, na forma que especifica, do tempo estimado de vida útil de prédios e demais edificações públicas, e dá outras providências.		Data: 18/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
163	PL 05010/2016 CD	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, tendo em vista aperfeiçoar as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		Data: 01/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Viação e Transportes (CVT) Designado Relator, Dep. Julio Lopes (PP-RJ)	Câmara dos Deputados
164	PL 05011/2016 CD	Dep. Lúcio Vale - PR /PA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, autodenominada Estatuto da Cidade, para exigir análise de mobilidade urbana nos Estudos de Impacto de Vizinhança.		Data: 14/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 15/06/2016, Letra A.	Câmara dos Deputados
165	PL 02676/2015 CD	Dep. Silas Brasileiro - PMDB /MG	Torna obrigatória a implantação de instalações de distribuição de gás combustível em edifícios de uso público.		Data: 18/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Toninho Wandscheer (PROS-PR)	Câmara dos Deputados
166	PL 01794/2015 CD	Dep. Veneziano Vital	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano		Data: 28/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (	Câmara dos Deputados

		do Rêgo - PMDB/PB	diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.		CMADS) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CMADS, pelo Deputado Daniel Coelho (PSDB-PE). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Daniel Coelho (PSDB-PE), pela rejeição deste, do PL 2186/2015, e do PL 3021/2015, apensados. Inteiro teor	
167	PL 06773/2006 CD PLC 00169/2015 SF	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame - PV /SP	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para vedar pagamentos antecipados.	Altera a Lei das Licitações e contratos da Administração Pública para vedar pagamentos antecipados.	Data: 19/05/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agendada para o dia 24/05/2016. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
168	PL 05334/2016 CD	Dep. Edinho Araújo - PMDB/SP	Altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras providências".		Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 10/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/06/2016.	Câmara dos Deputados
169	PL 05276/2016 CD	Poder Executivo	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural.		Data: 14/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) Recebimento pela CCTCI. Apresentação do Requerimento n. 160/2016, pelo Deputado Sandro Alex (PSD-PR), que:	Câmara dos Deputados

					"Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 5.276, de 2016, que 'dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural'.". Inteiro teor	
170	PL 05713/2013 CD	Sergio Zveiter	Institui o Programa Empresa Consciente, com a concessão de incentivos fiscais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.	Para projetos ecológicos, projetos de arquitetura e urbanismo ecológicos, redução da poluição ambiental e valorização do trabalhador.	Data: 21/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta a requerimento do deputado Cacá Leão.	Câmara dos Deputados
171	PL 05851/2013 CD	Dep. Onofre Santo Agostini - PSD/SC	Dispõe sobre edificações nas margens das faixas de domínio das rodovias federais.		Data: 01/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta pelo Relator.	Câmara dos Deputados
172	PL 01227/2015 CD	Dep. Iracema Portella - PP /PI	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a acessibilidade ao sistema escolar das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.		Data: 28/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF)	Câmara dos Deputados
173	PL 03147/2015 CD	Dep. Sóstenes Cavalcante - DEM /RJ	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que as praias urbanas deverão dispor de acessos adaptados para permitir a acessibilidade das pessoas		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) Recebimento pela CPD.; Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Câmara dos Deputados

			com deficiência ou mobilidade reduzida.		Parecer recebido para publicação.	
174	PL 03729/2004 CD	Sen. Walter Pinheiro - PT /BA	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Dispõe que para a instalação de obra, empreendimento ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, será exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), com ampla publicidade; regulamentando a Constituição Federal de 1988.	Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)	Câmara dos Deputados
175	PL 05638/2016 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, como condição à aplicação da Transferência do Direito de Construir, a necessidade de que o imóvel urbano esteja em situação regular perante as normas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.		Data: 29/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 30/06/2016.; Data: 29/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU.	Câmara dos Deputados
176	PL 05664/2016 CD	Dep. zé Silva - SD/MG	Projeto de Lei que Institui o Sistema de Obras Públicas (SisOP).		Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, IIProposição Sujeita à Apreciação Conclusiva	Câmara dos Deputados

					pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor	
177	PL 07818/2014 CD	Dep. Geraldo Resende - PMDB/MS	Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.		Data: 23/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)	Câmara dos Deputados
178	PL 02776/2015 CD	Dep. Victor Mendes - PV/MA	Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação sistemas de aproveitamento de aguas pluviais e de reuso de águas residuais e ainda a obrigatoriedade de instalação de painéis para captação de energia solar em todas as novas edificações executadas com recursos da União.		Data: 01/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3140/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
179	PL 04405/2012 CD	Dep. Leonardo Quintão - PMDB/MG	Altera a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Estabelece que a modalidade convite poderá ser utilizada na contratação de serviços técnicos profissionais especializados.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-277/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
180	PL 03408/2015 CD PLS 00523/2013 SF	Sen. Pedro Taques - PDT/MT	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências,	Data: 26/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado Ofício SF nº 1562, de 26/10/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 29 a 30). Situacao:	Câmara dos Deputados

			local.	para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas; dispõe que o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão a forma correta de descarte e estabelecerão sanções pecuniárias pelo descumprimento do disposto a pessoas físicas e jurídicas, sem prejuízo das competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a regulação de atividades específicas; determina que o Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de dois anos para regulamentar o disposto nesta Lei.	REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS; Data: 19/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Designado Relator, Dep. Luiz Lauro Filho (PSB-SP)	
181	PLP 00025/2007 CD PLC 00125/2015 SF	Barbosa Neto	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de	Prorroga o prazo para que as empresas optantes do Simples Nacional ou "Supersimples", tenham o direito de parcelar os débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2006.	Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 25/2007, pelo Senado Federal, que: "Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2015 – Complementar (PL nº 25, de 2007 - Complementar, na Casa de origem), que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de	Senado Federal

			24 de julho de 1991; e dá outras providências.		apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências".Substitua-se o Projeto pelo seguinte:Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991". Inteiro teor; Data: 30/06/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 902/2016, do Senado Federal, que omunica que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2015 - Complementar (PL nº 25, de 2007 - Complementar, nessa Casa), que 'Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de	

					1991; e dá outras providências", que ora encaminho para apreciação dessa Casa. Inteiro teor; Data: 30/06/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Remetido Ofício SF nº 902, de 30/06/2016, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, que comunica que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo, o Projeto de Lei da Câmara nº 125/15, e encaminha os autógrafos para apreciação. (fls. 550 a 573). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
182	PLP 00171/2015 CD	Dep. Geraldo Resende PSDB/MS	Altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL em até 180 (cento e oitenta) meses.		Data: 25/05/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem Manifestação.	Câmara dos Deputados